

# **Educação Ambiental como prática no Ensino Fundamental de Santana do Livramento visando à conservação, recuperação e melhoria do Meio Ambiente**

Acadêmico: André Luis Fernandes Pereira

Orientadora: Mari Eldionara Rosa Machado

## **RESUMO**

A Educação Ambiental (EA) cada vez mais vem sendo inserida no âmbito escolar, visando à adoção de práticas voltadas à conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente como ferramenta para enfrentar a realidade atual, de maneira integrada construindo parâmetros de respeito aos limites ao meio onde se vive. A EA, através de programas educacionais busca alcançar objetivos como a conscientização, valores, sabedoria, experiências e determinação na busca de um convívio harmônico com a natureza. Compete à escola o papel de educar ambientalmente, instigar reflexões para que a EA tenha efeitos positivos de forma a compreender e reagir aos problemas ambientais mundiais. O Objetivo Geral deste trabalho foi identificar as práticas que estão sendo desenvolvidas pela Secretaria de Educação do município de Santana do Livramento/RS junto as Escolas Municipais visando ao conhecimento em EA. Para alcançar o objetivo proposto neste estudo, optou-se pelo levantamento de campo (survey), realizando uma entrevista com a Secretária de Educação e Diretoras das Escolas A e B, e aplicando um questionário para os alunos. Os resultados evidenciam que, em consonância com a legislação, a Secretaria de Educação e Escolas, estão desenvolvendo e inserindo práticas em EA através de uma Formação Continuada para os docentes, encontros com trocas de experiências, relatos e Intercâmbio Cultural, Feira de Ciências, atividades na área ambiental visando a prevenção, cuidados com o meio ambiente, reciclagem e coleta seletiva de lixo, tanto no recinto escolar como fora deste, sejam como hortas comunitárias, participação em feiras de agricultura familiar, além de projetos junto às Universidade da Região da Campanha e Universidade Estadual do Rio Grande do Sul. Junto aos alunos percebe-se o interesse pelo assunto, acreditando ser de suma importância sua inserção na escola.

**Palavras chave:** Educação Ambiental; Meio Ambiente; Ensino Fundamental; Práticas.

## **ABSTRACT**

The Environmental Education (EA) is increasingly being inserted in the school environment with the objective of adopting practices related to conservation, recovery and improvement of the environment as a tool to face the current reality, in an integrated way building parameters of respect to the limits to the environment where you live. The EA through educational programs seeking to achieve goals like awareness, values, wisdom, experience and determination in the search for a harmonious coexistence with nature. It is up to the school the role of educating, instigate environmental reflections for that EA has positive effects in order to understand and react to global environmental problems. The general purpose of this research was to identify the practices developed by the Department of Education of the municipal district of Santana do Livramento/RS together with the municipal schools aiming at knowledge in EA. To achieve the objective of the research was used the field survey by realizing an interview with the Secretary of Education and the Directors of schools, and applying a questionnaire with the students. The results show that, agreement to existing legislation, the Department of Education and the schools are developing and inserting EA practices through a continuous training for teachers, holding meetings with exchanges of

experiences, reports and cultural exchange, as well as science fair, activities in the environmental area aimed at prevention, care for the environment, recycling and selective collection of garbage both on school premises and outside of this, such as community gardens, participation on family agriculture fairs, in addition to projects in conjunction with Universidade da Região da Campanha and the Universidade Estadual do RS. Students demonstrate interest in the subject and believe in the importance of insertion of the EA at school.

**Keywords:** Environmental Education; Environment; Elementary School; Practices.

## 1 INTRODUÇÃO

Desde a Revolução Industrial o homem tem a visão única do desenvolvimento econômico não mensurando suas consequências no uso dos recursos naturais. No entanto, a população continuou aumentando, suas demandas crescendo, e a extração dos recursos se intensificou, tornando alguns deles escassos, e não havia preocupação com atitudes de preservação do meio ambiente e a sustentabilidade (CNUMAH, 1972).

Desde essa época a população busca a quantidade e o consumismo, e não o necessário para sua subsistência, que conforme Dias (2004, p. 121) “a maior parte da sociedade humana vive como se fosse a última geração”.

Neste contexto, o meio ambiente se torna imprescindível à sobrevivência dos seres vivos, sendo que sua conservação, recuperação e melhoria se tornam objetivos vitais a serem perseguidos pelos órgãos públicos, privados e população em geral. A consciência global de que é fundamental combater os principais problemas ambientais como a poluição do ar e água, desmatamento, queimadas, extinção de espécies, degradação do solo, superpopulação e a produção de resíduos, se tornam fundamentais.

Para solucionar esses problemas, surgem projetos como a Educação Ambiental (EA), que têm como objetivo debater e trabalhar os assuntos ambientais, por meio da interação entre professores, alunos e a população em geral, buscando conscientizar cada um acerca de sua parcela de responsabilidade socioambiental, fazendo-os assumir responsabilidades.

A educação deve ser iniciada no âmbito familiar desde o início da vida, quando com seus pais as crianças aprendem como deverão proceder no presente e futuro. Posteriormente, é na escola que a EA deverá ser incorporada e as instituições educativas devem promover a educação ambiental de maneira integrada aos programas educacionais que desenvolvem (BRASIL, 1999, p. 1).

Como versa no Artigo 2º da Lei Federal nº 9.795/99, “educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal” (BRASIL, 1999, p. 1).

A sociedade e as escolas deverão pensar acerca de todos os problemas de caráter ambiental, promovendo uma educação que responda de forma precisa à realidade mundial e complicada que vivemos, fornecendo uma solução adequada aos problemas, dentre eles a crise ambiental (BAUM e POVALUK, 2012).

Como importante ferramenta de enfrentamento à realidade atual, na construção de parâmetros de respeito aos limites do meio onde vivemos, valorizando a vida e evitando a degradação ambiental e a destruição dos seus diversos ecossistemas, a EA detém relevante importância. Devido à incapacidade de encontrar uma forma de desenvolvimento e progresso de maneira sustentável, o que acaba por gerar uma preocupante ameaça à sobrevivência dos seres vivos, surge a necessidade de verificar a importância que o tema tem recebido no âmbito escolar. Sendo assim, a questão de pesquisa busca responder o questionamento: “Quais as

ações que estão sendo implementadas nas turmas do Ensino Fundamental das Escolas Municipais de Santana do Livramento/RS e que visam uma educação interligada à educação ambiental?”

Este trabalho tem como Objetivo Geral identificar as práticas que estão sendo desenvolvidas pela Secretaria de Educação do município de Santana do Livramento junto as Escolas Municipais visando conhecimento em EA conforme a Lei Federal nº 9.795 de 27 de abril de 1999 e Decreto nº 4.281 de 25 de junho de 2002.

Como Objetivos Específicos verificar se as Escolas Municipais de Santana do Livramento estão adequadas e seus docentes capacitados para ministrar conhecimentos sobre EA; apurar quais ações estão sendo implementadas abrangendo o tema EA e averiguar junto aos alunos do ensino fundamental do 6º ao 9º ano se estão conseguindo ver a EA como ferramenta importante para o futuro do planeta.

Conforme Dias (2004), a EA é um processo contínuo, através do qual toda a população se conscientiza do seu meio ambiente, adquirindo valores, sabedoria, experiências e determinação que os capacitam a atuar sozinhos ou em grupo, no sentido de solucionar problemas ambientais do hoje e do amanhã.

Neste contexto, o estudo desse tema assume vital importância visto que é por meio da educação que moldamos hábitos e costumes, e através do conhecimento formamos nossa capacidade crítica, e as crianças em especial, por estarem em processo de desenvolvimento mental com capacidade plena de absorção, estarão sendo estimuladas a olhar o meio onde vivem e serem capazes de interagir com seu habitat, pois a Lei Federal nº 9.795 em seu Artigo 3º diz que todos têm direito a EA, incumbindo às instituições educativas, promover a EA de maneira integrada aos programas educacionais que desenvolvem (BRASIL, 1999, p. 1).

Este estudo está organizado com resumo, introdução, referencial teórico com as definições de meio ambiente e sustentabilidade, definições e finalidades da EA, evolução, legislação e a EA no mundo; metodologia, resultados e discussões; considerações finais e referências bibliográficas.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

Neste capítulo apresenta-se os aspectos teóricos Meio Ambiente e Sustentabilidade; Educação Ambiental com Definições e Finalidades; Evolução, Legislação e a Educação Ambiental no Mundo.

### **2.1 Meio Ambiente e Sustentabilidade**

O crescimento econômico com base na exploração de recursos naturais não renováveis conjuntamente com o crescimento populacional são causas conhecidas que geraram os problemas ambientais, os quais até a Revolução Industrial não eram alvo de preocupações, mas que se tornaram um temor para a humanidade, conforme Gelain *et al.* (2012), em virtude do fenômeno chamado multinacionalização, onde o mercado mundial cresce de maneira desenfreada e contínua com o objetivo de atingir o ápice na produção, causando impactos relevantes e marcantes para o meio ambiente.

Ante à situação ambiental global, onde se instalou uma descontrolada degradação do meio ambiente diante de um consumo frenético e sem limites, têm-se a necessidade de implementação de ações que preservem, recuperem e melhorem o meio ambiente. Com essa visão foi enunciado o 1º princípio da Declaração da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre o Meio Ambiente:

O homem tem o direito fundamental à liberdade, à igualdade e ao desfrute de condições de vida adequadas em um meio ambiente de qualidade tal que lhe permita levar uma vida digna e gozar de bem-estar, e é portador solene da obrigação de proteger e melhorar o meio ambiente, para as gerações presentes e futuras. (CNUMAH, 1972, p. 3).

Devido à urgência no enfrentamento aos problemas ambientais, o que foi debatido no 3º Fórum Social Mundial no ano de 2003 em Porto Alegre, Boff (2006, p.239) afirma que “vivemos no olho de uma crise civilizacional de proporções planetárias. Toda crise oferece a chance de transformação, bem como o risco de um fracasso desolador”.

Todavia, mesmo que o tema ambiental tenha progredido no quesito conscientização, tem-se em mente que o aumento da população afeta diretamente a origem dos recursos naturais. Segundo os autores Beaud, Beaud e Bouguerra (1993) o ser humano vive em constante ameaça gerando fontes de risco de extinção, que atingirão por longo período a vida de todos os seres, quando estes usam até esgotar e esbanjam as riquezas naturais sem levar em conta padrões e medidas, e conjuntamente poluem, desequilibrando o meio ambiente.

Neste sentido, a Conferência de Estocolmo (1972) tratou de recomendar que os recursos naturais incluindo o ar, a água, a terra, a flora e fauna devem ser preservados visando a manutenção das gerações atuais e as futuras; que o homem tem especial responsabilidade na preservação e administração desse patrimônio natural que está atualmente em grave ameaça (CNUMAH, 1972).

Da maneira que a sociedade vive, não mais será suportada pelo meio ambiente se não for feita uma reversão de valores, pois o planeta será alterado a ponto que deixará de existir, pois o desenvolvimento sustentável baseado no consumo maior do que os recursos possam suportar é uma impossibilidade ecológica (DIAS, 2004, p. 19).

No Brasil, a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), estabelece padrões e mecanismos com o objetivo de preservar, melhorar e recuperar a qualidade do meio ambiente, e considera-o como um patrimônio de toda a população, tendo que ser garantido e guardado para o uso de todos, visando ao desenvolvimento sustentável (BRASIL, 1981).

A definição de Desenvolvimento Sustentável foi apresentada no relatório *Our Common Future* (Nosso Futuro Comum), de outubro de 1984 a abril de 1987, publicado pela Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas ou Comissão *Brundtland*, como sendo aquele que requer mudanças, onde a exploração dos recursos, os investimentos, a tecnologia e a mudança institucional tem coerência e fortalecem o cenário atual e o futuro de satisfação das necessidades humanas (DIAS, 2004, p. 44).

Para Castro (1997, p. 19) “além das questões ambientais, tecnológicas e econômicas, o desenvolvimento sustentável envolve uma dimensão cultural e política, que vai exigir a participação democrática de todos, na tomada de decisões para as mudanças indispensáveis”.

Estando no ápice das discussões, a globalização e seus malefícios para o meio ambiente colocam a escola como uma primordial expectativa de fazer com que, por meio da educação ambiental, sejam formados cidadãos que vão se empenhar na manutenção e conservação do meio em que vivem. Nesse contexto, Kruglianskas, Aligleri e Aligleri (2009) debatem que as escolas e as instituições de ensino superior têm o compromisso de semear entre os alunos a consciência social e ambiental no intuito de proporcionar uma educação que venha de encontro às transformações que atualmente se vislumbram na sociedade.

Desta forma, após abordar os temas, meio ambiente e sustentabilidade, a seguir apresenta-se Educação Ambiental: definições e finalidades.

## **2.2 Educação Ambiental: Definições e Finalidades**

Com o agravamento dos problemas ambientais, tais como a poluição do ar e água, desmatamento, queimadas, extinção de espécies, degradação do solo, superpopulação e a produção de resíduos, o mundo se volta na busca de soluções, pois conforme Carvalho (2012, p. 161), a EA surge como elemento crítico para fazer frente às questões do meio ambiente no mundo, objetivando instigar a compreensão desses problemas, cooperar para a transformação dos critérios de uso dos recursos naturais e agir no ambiente escolar e não escolar, gerando novos conhecimentos e desafios.

Em 1972, em Estocolmo na Suécia, por ocasião da Conferência da ONU sobre o Ambiente Humano, a EA despontou mundialmente com a visão de educar as pessoas ambientalmente para que aprendam a manejar e controlar o ambiente onde vivem (DIAS, 2004, p. 36).

Com a expressão “a educação se inicia no berço”, entende-se que a criança aprende no ambiente doméstico com a família hábitos e atitudes que vão fazer parte do seu cotidiano, e posteriormente, na escola dá-se continuidade a esse aprendizado onde a educação ambiental tem que estar presente em todos os níveis escolares, que conforme um autor desconhecido citado por Silva e Binelli: (1999):

A criança é a reserva natural do Planeta Terra para a renovação da vida. Educando ambientalmente estaremos preservando em cada um, mesmo na adolescência, juventude e maturidade, aquela criança que com meiguice cuida das plantas e dos animais e, que buscará em sua vida, intuitivamente, criar um ambiente saudável para si, logo, manterá tudo ao seu redor saudável também! (Silva e Binelli, 1999, p. 1).

O escocês Patrick Geddes, considerado o criador e fundador da EA, defendeu, em 1889, que uma criança em contato com a realidade do seu ambiente aprenderia melhor e também criaria condutas, práticas criativas em relação ao mundo ao seu redor (DIAS, 2004, p. 29).

A EA deliberada pela UNESCO é uma disciplina bem definida que destaca e dá ênfase na relação dos homens com o ambiente natural, as maneiras de conservá-lo, preservá-lo e de fazer com que seus recursos sejam administrados adequadamente (UNESCO, 2005, p. 46).

Conforme a Primeira Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, Conferência de Tbilisi, realizada de 14 a 26 de agosto de 1977, na Geórgia, ex-União Soviética, na cidade de Tbilisi, estabeleceu que EA tem que ser contínua, geral, interdisciplinar, que consiga reagir as mudanças ambientais mundiais, preparando a população, de todas idades, de maneira formal e informal, para compreender os problemas do meio ambiente com vistas a resolvê-los e ter em mente que os atos do presente terão consequências no futuro (DIAS, 2004, p. 105).

No Brasil, a Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999, entende a EA como método por meio do qual, todos desenvolvem valores sociais, saberes, aptidões, comportamentos e competências norteadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, vital a sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999, p. 1).

A UNESCO, designada pela assembleia da ONU, promoveu a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável onde buscou uma visão sobre o tema:

A visão da educação para o desenvolvimento sustentável é a de um mundo onde todos tenham a oportunidade de se beneficiar de uma educação de qualidade e de aprender os valores, comportamento e estilos de vida requeridos para o desenvolvimento sustentável e para uma transformação social positiva (UNESCO, 2005, p. 65).

Identificada como o melhor instrumento para que o indivíduo crie uma consciência ambiental que vise à responsabilidade de cada um frente à proteção do meio ambiente, conforme Silva e Maracajá (2012), a EA chega para fazer com que as pessoas construam uma consciência de participação e responsabilidade para com o meio ambiente, que os futuros cidadãos não incorram nas mesmas falhas que as gerações atuais e as passadas, com a esperança que promovam práticas sustentáveis ambientalmente.

A EA começa a ser entendida não apenas como uma tendência passageira, mas como um rumo, que todos, sejam ambientalistas ou de outros ramos de atuação, se enxerguem com motivação para prosseguir, buscando desenvolver essa prática, mesmo que seja lenta e gradativa, mas sempre almejando formar um entendimento daqueles que estão preocupados com preservar o meio ambiente e garantir que o planeta sobreviva (PASE, *et al.*, 2014, p. 4).

Conforme Müller (1998, *apud* PASE, 2014):

A educação ambiental na escola não é a solução “mágica” para os problemas ambientais, mas sim um processo contínuo de aprendizagem e de conhecimentos, bem como da prática de ser cidadão, capacitando o indivíduo para uma visão crítica da realidade e uma atuação consciente no espaço social. E ainda argumenta que, não se trata de uma transferência de responsabilidades, mas a construção da responsabilidade no ambiente escolar pelas relações com a natureza, sociedade e cultura (Müller, 1998, *apud* PASE, 2014, p. 5).

Durante a realização da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável, Rio 92, foi sugerido que a EA precisaria reorientar a educação em direção ao desenvolvimento sustentável de forma que as metas sociais para o acesso às necessidades básicas estejam harmônicas com os propósitos ambientais para manter o vigor e a diversidade do planeta, de forma a garantir que os indivíduos tenham direito a um ambiente saudável ecologicamente; ampliar a formação de cidadãos conscientes; considerar a ignorância ambiental (PELICIONI, 1998, p. 3).

Após abordar a Educação Ambiental: Definições e Finalidades, a seguir passa-se a tratar sobre Evolução, Legislação e a Educação Ambiental no Mundo.

### **2.3 Evolução, Legislação e a Educação Ambiental no Mundo**

As preocupações com a questão ambiental começaram a ser vistas com enorme inquietude pelo mundo em 1962, quando o jornalista Rachel Carson lança o livro *Silent Spring* (Primavera Silenciosa) (DIAS, 2004, p. 33).

A expressão Educação Ambiental ou *environmental education* começou a ser usada nos Estados Unidos no ano de 1970, sendo este o primeiro país a aprovar uma legislação sobre EA, que após e no mesmo ano foi introduzida na Grã Bretanha (DIAS, 2004, p. 34).

Em 1972, foi realizada a Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, da qual participaram 113 países, documento conhecido também como Declaração de Estocolmo. Dentre alguns princípios, versa que homem tem direito a um meio ambiente de qualidade assegurando para si e para as gerações futuras condições ambientais para viver; deve manter, e sempre que estiver ao seu alcance, dar condições para a terra poder seguir produzindo os imprescindíveis recursos naturais renováveis; que é imperioso um empenho para o ensino em questões ambientais a todos, com a devida importância aos mais pobres (CNUMAH, 1972).

Conforme De Souza e Benevides (2005), respondendo o que foi recomendado pela Conferência de Estocolmo, no ano de 1975, a UNESCO promoveu em Belgrado, extinta

Iugoslávia, um encontro internacional em EA onde criou o Programa Internacional de EA (PIEA), enunciando seus princípios e deste encontro nasceu a Carta de Belgrado.

Em 1977, na Geórgia, aconteceu a Conferência de Tbilisi, a qual se tornou um símbolo no avanço da EA, servindo de parâmetro até os dias de hoje. A organização ficou a cargo da UNESCO, colaborando com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), sendo uma continuidade da Conferência de Estocolmo (DIAS, 2004).

Sancionada a Lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981, instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), determinando práticas e ferramentas que propiciem proteção ao meio ambiente. Consta como um dos princípios que “educação ambiental a todos os níveis do ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente” (BRASIL, 1981, p. 1).

Nessa trajetória, a Constituição da República Federativa do Brasil (CF) de 1988 estabelece a obrigação de “promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente” (BRASIL, 1988, p. 59).

Em 1992, foi realizada no Rio de Janeiro, a Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Unced), conhecida como Rio-92, que identificou a EA como meio de promover estratégias capazes de fazer com que os recursos naturais sejam utilizados de forma consciente buscando a sustentabilidade; que também nesse evento foi nomeada a Agenda 21 como um projeto de ação para a sustentabilidade humana (DIAS, 2004, p. 50).

Imposto pela CF e por tratados internacionais, em dezembro de 1994 a Presidência do Brasil cria o Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA), “O programa previu três componentes: (a) capacitação de gestores e educadores, (b) desenvolvimento de ações educativas, e (c) desenvolvimento de instrumentos e metodologias” (BRASIL, 2014, p. 17).

De acordo com o citado por De Souza e Benevides (2005), em 1997, aconteceu a Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Sociedade, em Thessaloniki, Grécia, onde ficou constatado que depois de cinco anos da realização Rio-92, ínfimos avanços ocorreram na EA. Neste ato foi apresentado pelo Brasil a Declaração de Brasília para a EA, versando que as conferências internacionais reforçaram e enriqueceram o tema, o qual deve ser implementado por todos.

Com a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) através do Ministério da Educação e Cultura (MEC), o tema ambiental é inserido nos currículos do ensino fundamental por meio da transversalidade, pois farão parte de todas as disciplinas do currículo, indicando como um de seus objetivos que os alunos sejam capazes de perceber-se integrante, dependente e agente transformador do ambiente, identificando seus elementos e as interações entre eles, contribuindo ativamente para a melhoria do meio ambiente (BRASIL, 1997).

Com o objetivo de fazer frente ao cenário de degradação ambiental mundial, o que exige medidas em âmbito nacional, o Brasil promulga a Lei nº 9.795, em 27 de abril de 1999 que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), estabelecendo que através da educação ambiental seja percebida a importância da conservação do meio ambiente e que tenha como objetivo a conscientização e sensibilização das pessoas para um meio ambiente capaz de proporcionar uma melhor qualidade de vida (BRASIL, 1999).

Regulamentada a política Nacional de Educação Ambiental por meio do Decreto nº 4.281 de 25 de junho de 2002, cria-se o órgão gestor dirigido pelo Ministério do Meio Ambiente e da Educação, e determina-se ao Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), a execução da legislação envolvendo toda a sociedade (BRASIL, 2002).

A Assembleia Geral das Nações Unidas, em dezembro de 2002, acolheu a Resolução nº 57/254 na qual preconiza a Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável cuja validade será de 2005 a 2014, com o seguinte objetivo global “integrar os valores inerentes ao desenvolvimento sustentável em todos os aspectos da

aprendizagem com o intuito de fomentar mudanças de comportamento que permitam criar uma sociedade sustentável e mais justa para todos” (UNESCO, 2005).

A Base Nacional Comum Curricular, idealizada pelo MEC em 2016, contempla dentre as várias áreas de conhecimento a modalidade de EA, na qual “é uma dimensão da educação escolar, uma atividade intencional da prática social que deve imprimir, ao desenvolvimento individual, um caráter social, em sua relação com a natureza com os outros seres humanos” (BRASIL, 2016).

Vistos os elementos teóricos que fundamentaram este estudo, a seguir passa-se a apresentar a metodologia que orientou a pesquisa.

### **3 METODOLOGIA**

A presente pesquisa foi realizada no município de Santana do Livramento, cidade símbolo do Mercosul, localizada na fronteira oeste do Estado do Rio Grande do Sul, a qual faz divisa com a cidade de Rivera na República Oriental do Uruguai. A Secretaria Municipal de Educação tem sob sua responsabilidade 46 escolas, sendo 29 de Ensino Fundamental, localizadas 09 na área urbana e, 20 na área rural do município, também 17 escolas infantis.

Foram realizadas entrevistas com a secretária de educação do município, com as diretoras de duas escolas pesquisadas, sendo as mesmas designadas como escolas A, localizada na área urbana e B, na área rural; e aplicado questionário para os alunos dos anos finais do Ensino Fundamental.

Refere-se a uma pesquisa descritiva, pois de acordo com Gil (2012), as pesquisas deste tipo tem o propósito de descrever as peculiaridades de determinado grupo de indivíduos ou evento, dentre as particularidades pode-se estudar a distribuição por idade, sexo, nível de escolaridade, nível de renda, etc. “E uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados” (p. 28).

Esta pesquisa pretende investigar como o tema educação ambiental é trabalhado nas escolas municipais de Santana do Livramento, para isso foi utilizado o levantamento de campo (survey), pois conforme Gil (2012):

“As pesquisas deste tipo se caracterizam pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. Basicamente procede-se à solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas a cerca do problema estudado para em seguida, mediante análise quantitativa, obter as conclusões correspondentes dos dados coletados” (Gil, 2012, p. 55).

Conforme Bêrni e Fernandez (2012):

Existem três maneiras de se aplicar a análise qualitativa de dados. “Na primeira confere-se a ela um papel meramente auxiliar, ou ilustrativo, em pesquisa que usam principalmente técnicas quantitativas. Na segunda, pode ser combinada com técnicas quantitativas, sem nítida predominância de uma ou de outra. Por fim, na terceira, pode ser utilizada como a principal técnica para trabalhar as informações” (Bêrni e Fernandez 2012, p. 325).

Para a coleta dos dados utilizou-se roteiro de entrevistas e questionários, instrumento semiestruturado, com questões abertas e fechadas. Para Marconi e Lakatos (2012, p. 80) “entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional”. É um procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no

diagnóstico ou no tratamento de um problema social. Segundo Minayo (2004, p. 108) considera que o questionário semiestruturado “combina perguntas fechadas (ou estruturadas) e abertas, onde o entrevistado tem a possibilidade de discorrer o tema proposto, sem respostas ou condições prefixadas pelo pesquisador”.

A coleta de dados ocorreu no período de 23 de setembro a 13 de outubro de 2017. Ao total participaram da pesquisa 58 pessoas, a secretária de educação respondendo a onze questionamentos e as diretoras a dez; dos 72 alunos matriculados nos respectivos anos finais do ensino fundamental, 55 responderam as dez perguntas constantes do questionário. De acordo com Gil (2012):

“Questionário é definido como a técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre crenças, sentimentos, valores, interesses, comportamentos, expectativas, conhecimentos, etc...; consiste basicamente em traduzir objetivos da pesquisa em questões específicas, onde as respostas a essas questões é que irão proporcionar os dados requeridos para descrever as características da população pesquisada ou testar as hipóteses que foram construídas durante o planejamento da pesquisa” (Gil 2012, p. 121).

#### **4 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Foram realizadas entrevistas junto à Secretária de Educação do Município e as diretoras das escolas pesquisadas, e aplicado questionário para os alunos dos 6º, 7º, 8º e 9º anos de duas Escolas Municipais, sendo uma na área urbana, denominada como escola “A” e outra na área rural, denominada como “B”, totalizando 55 alunos, onde buscou-se conhecer a realidade do trabalho em Educação Ambiental desenvolvido pela Secretaria de Educação e pelas Escolas Municipais.

A Secretária Municipal de Educação com formação no Curso Superior de Ciências Sociais e Francês, responde em sua entrevista que a referida Secretaria desenvolve junto às Escolas Municipais projetos e atividades na área ambiental, sendo estes de prevenção, cuidados com o meio ambiente, reciclagem e coleta seletiva de lixo. Declina que há interesse por parte da Secretaria em implementar à rotina dos alunos conhecimentos em EA através do Plano Pedagógico e que as escolas municipais estão adequadas para que o conteúdo seja trabalhado, existindo curso de formação sobre o tema para os docentes. Que os assuntos relacionados à EA são trabalhados nos livros didáticos nas disciplinas de Ciências, Geografia e Técnicas Agrícolas.

Conforme dispões os PCNs, o tema ambiental é inserido nos currículos do ensino fundamental por meio da transversalidade, pois farão parte de todas as disciplinas do currículo (BRASIL, 1997).

A ONU, designada pela UNESCO, na realização da Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável elencou sobre o tema:

A visão da educação para o desenvolvimento sustentável é a de um mundo onde todos tenham a oportunidade de se beneficiar de uma educação de qualidade e de aprender os valores, comportamento e estilos de vida requeridos para o desenvolvimento sustentável e para uma transformação social positiva (UNESCO, 2005, p. 65).

Prosseguindo em sua resposta, a Secretária de Educação enfatiza que as escolas e os professores são incentivados e motivados a desenvolver atividades e projetos que visem à

preservação e conscientização dos problemas ambientais através de Formações Continuadas, Encontros com trocas de experiências, Relatos e Intercâmbio Cultural e Feira de Ciências.

Sobre a existência de áreas arborizadas, hortas ou outros espaços que a EA possa ser trabalhada, respondeu que existem, tanto nas escolas da área urbana quanto rural e, que são incentivadas a utilizarem lixeiras de coleta seletiva e conseqüentemente realizarem o processo de separação do lixo, onde a Secretaria fornece lixeira comum, para que através da criatividade de professores e alunos, seja adequada a coleta seletiva.

Enfatiza que as escolas são envolvidas em projetos de atividades de campo fora do recinto escolar através de limpeza de lixo no entorno das escolas; Projetos com a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul: plantio de pomares, Relógio Biológico, Mandalas, Hortas Solidárias; Projeto da Universidade da Região da Campanha: hortas nas Escolas Infantis.

Acrescentou que os projetos da rede municipal referente ao meio ambiente foram contemplados na FECIMES (Feira de Ciências e Matemática da Metade Sul) realizada na cidade de Pelotas. Assim como o Projeto Agrinho realizado pelo SENAR onde foram premiados alunos e professores da Rede Municipal.

Os conceitos apresentados pela Secretária de Educação vêm de encontro com a literatura estudada, pois conforme o Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA), “O programa previu três componentes: capacitação de gestores e educadores, desenvolvimento de ações educativas e de instrumentos e metodologias” (BRASIL, 2014, p. 17). Também está consoante com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 que estabelece a obrigação de “promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente” (BRASIL, 1988, p. 59).

Na seqüência as diretoras das Escolas foram questionadas com relação às atividades realizadas nas instituições de ensino. Quanto à formação profissional, a diretora da escola A é formada em Educação do Campo e Pós Graduada; a da escola B possui Licenciatura em História e Pós Graduação em Gestão Educacional.

Primeiramente buscou-se saber se a escola desenvolve junto aos alunos projetos e atividades na área ambiental, ficando evidente a existência de projetos voltados a sustentabilidade partindo do princípio do cuidado e preservação ambiental, reciclagem, cuidados com o meio ambiente e os malefícios dos agrotóxicos, neste sentido, na Conferência da ONU sobre o Ambiente Humano, a EA despontou mundialmente com a visão de educar as pessoas ambientalmente para que aprendam a manejar e controlar o ambiente onde vivem (DIAS, 2004, p.36).

As diretoras também responderam que há interesse por parte da escola que a EA seja implementada na rotina dos alunos, inclusive na grade curricular, pois é uma das propostas mais importantes das escolas com vários projetos voltados ao tema.

Nesse contexto, Silva e Binelli (1999, p. 1), afirma que a criança sendo a reserva natural do Planeta Terra para a renovação da vida, quando educada ambientalmente, preservará em todas as etapas de sua vida seus valores, mantendo o ambiente comum saudável.

Perguntadas sobre a estrutura existente nos educandários, ambas as diretoras disseram que a escola está adequada para que o tema seja trabalhado, pois possuem os recursos naturais que são amplamente explorados, a exemplo do açude, pomar, jardins, mata natural, e ainda possuem verbas próprias que permite adquirir parte dos recursos, ferramentas e materiais necessários, além de um amplo espaço para cultivar e desenvolver ferramentas práticas para um trabalho direcionado para a preservação e cuidados com o meio ambiente.

Quando perguntado às diretoras se existe curso de formação sobre EA para os docentes, foi afirmativa a resposta por ambas; e que são utilizados conteúdos relacionados ao tema nos livros das disciplinas de Técnicas Agrícolas e Ciências.

Conforme as diretoras, os professores são incentivados e motivados a desenvolver atividades e projetos que visem à preservação e conscientização acerca dos problemas ambientais. Essas atividades acontecem através do Professor de Técnicas e por meio da proposta pedagógica da Escola, elaborada coletivamente, também por meio de reuniões com a equipe diretiva e através da Escola de Campo da Secretaria Municipal de Educação, onde conforme a citação de Castro (1997, p. 19) “além das questões ambientais, tecnológicas e econômicas, o desenvolvimento sustentável envolve uma dimensão cultural e política, que vai exigir a participação democrática de todos, na tomada de decisões para as mudanças indispensáveis”.

Continuando em suas respostas, as diretoras afirmaram que existem nas escolas, áreas arborizadas, hortas e outros espaços em que a EA é trabalhada através dos projetos existentes nos educandários.

Em relação ao item que enfatiza a utilização de lixeiras de coleta seletiva, e se realizam o processo de separação do lixo, a diretora da escola A respondeu que não há, iniciaram precariamente uma composteira, pois no período não existia coletores adequados à coleta seletiva, tinha somente dois funcionários para atender 68 alunos e 20 professores, e o lixo orgânico nem sempre era separado e armazenado adequadamente, enfim, precária porque não tinha coleta frequente, não existiam recursos para armazenamento adequado e não foi desenvolvido o tema de modo efetivo com os alunos (comunidade escolar) deu-se a partir de uma ação isolada, não tendo a participação de todos. Porém, manter uma composteira era/é um objetivo de estudo e de implementação, visto que será utilizado o material já existente, como o galpão, os tonéis, agora através de planejamento em conjunto, analisando e comparando o projeto desde a montagem, processo de transformação e os resultados obtidos. Contudo existe uma grande preocupação com o assunto e que reconhece suas limitações. A diretora da escola B respondeu que sim, que utilizam lixeiras seletivas, que foi implantada após um projeto sobre conservação do meio ambiente no ano de 2016, em que toda a comunidade escolar se envolveu.

Consoante com as práticas elencadas pelas diretoras, a Lei nº 6.938 de 31 de agosto de 1981, que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), determinou práticas e ferramentas que propiciem proteção ao meio ambiente. Consta como um dos princípios que “educação ambiental a todos os níveis do ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente” (BRASIL, 1981, p. 1).

Procurou-se verificar se os estudantes participam de atividades de campo relacionadas à EA fora da escola, ambas as diretoras responderam que os alunos desenvolvem e cultivam hortas em casa, em um posto de saúde, asilo e proposta comunitária envolvendo moradores, professores e alunos; desenvolvem pesquisa com moradores e presença em feiras da agricultura familiar.

Segundo a Primeira Conferência Intergovernamental, Conferência de Tbilisi, realizada em 1977, estabeleceu que EA tem que ser contínua, geral, interdisciplinar, que consiga reagir as mudanças ambientais mundiais, preparando a população, de todas idades, de maneira formal e informal, para compreender os problemas do meio ambiente com vistas a resolvê-los e ter em mente que os atos do presente terão consequências no futuro (DIAS, 2004, p. 105).

Complementando, a diretora da escola A enfatiza que o trabalho relacionado ao tema vem de uma longa caminhada e crescendo dia a dia, graças ao envolvimento coletivo dos professores, funcionários, pais e os motoristas do transporte escolar; pois, na literatura estudada, consta como um dos princípios que “educação ambiental a todos os níveis do ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente” (BRASIL, 1981, p. 1).

A diretora da escola B salienta que está desenvolvendo um projeto de agroecologia implantando uma horta Mandala, buscando uma produção orgânica de alimentos de maneira sustentável, pois nesse formato seus canteiros são em círculo, auxiliando na irrigação e produzindo alternados cultivos, entre folhosos, flores e plantas medicinais e no centro pode haver um açude ou até um galinheiro; e com cultivos alternados tem maior eficiência no combate a pragas e insetos.

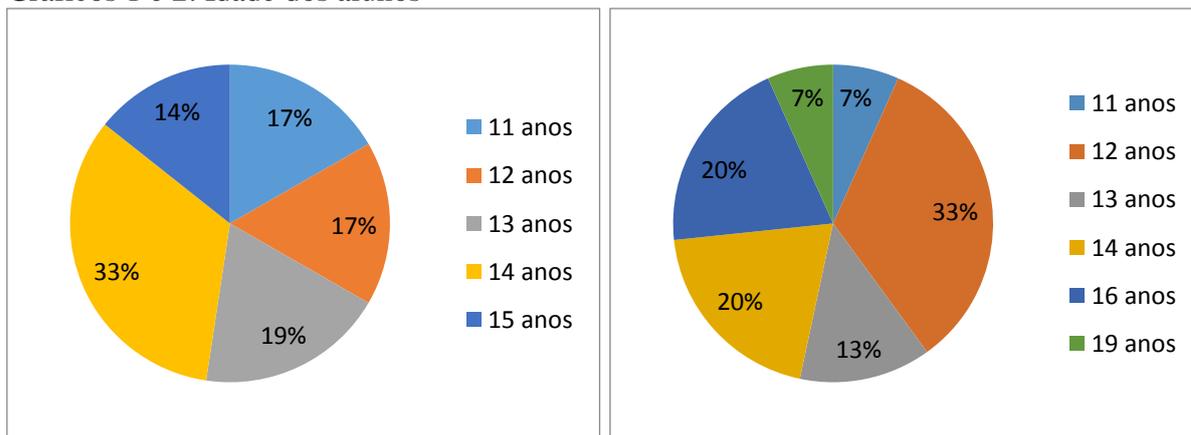
Essa ação vem ao encontro da literatura estudada, pois conforme a UNESCO, a EA é uma disciplina bem definida que destaca e dá ênfase na relação dos homens com o ambiente natural, as maneiras de conservá-lo, preservá-lo e de fazer com que seus recursos sejam administrados adequadamente (UNESCO, 2005, p. 46).

Para melhor entender o tema, foram questionados os alunos dos anos finais do Ensino Fundamental, dos 6º aos 9º anos, na escola A, existe 52 alunos matriculados, os respondentes atingiram 77%, ou seja, 40 alunos; na escola B, matriculados 20 alunos, onde 75% responderam as perguntas, sendo 15 alunos.

Traçou-se um perfil dos alunos respondentes em relação ao sexo, onde verificou-se que na escola A existe 22 alunos do sexo masculino e 18 do feminino; na escola B, são 8 masculino e 7 feminino.

Conforme gráficos 1 e 2 tem-se a percepção das idades dos alunos das Escolas A e B, respectivamente situadas na área urbana e rural. Sendo que na Escola A há uma concentração maior de alunos com 14 anos e na Escola B observou-se uma concentração maior de alunos com 12 anos. Apenas a Escola B apresentou alunos pós-adolescentes, com idade acima de 18 anos.

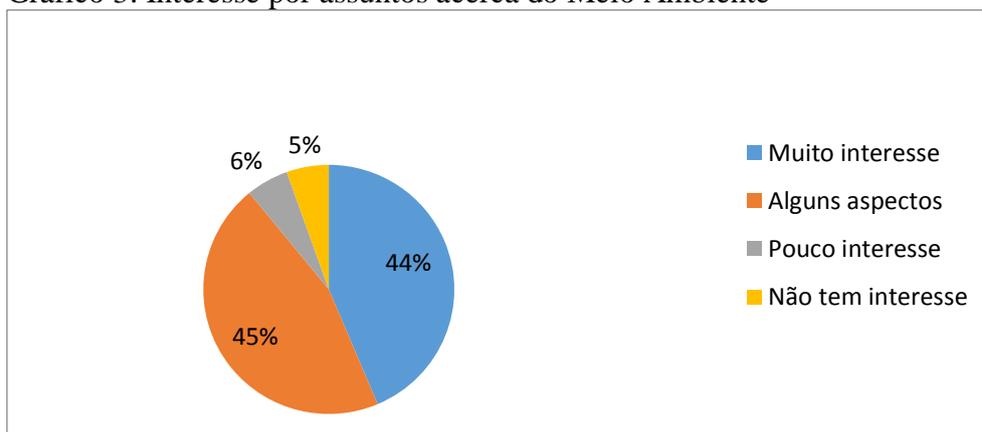
Gráficos 1 e 2: Idade dos alunos



Fonte: Elaborado pelo autor.

No gráfico 3 ficou demonstrado o interesse dos alunos pelos assuntos acerca do Meio Ambiente, observou-se que em conjunto, nas escolas, 89% dos alunos demonstraram interesse pelo tema, mesmo que seja em alguns aspectos, somente 11% pouco se interessam ou não tem interesse em adquirir conhecimentos em Educação Ambiental.

Gráfico 3: Interesse por assuntos acerca do Meio Ambiente

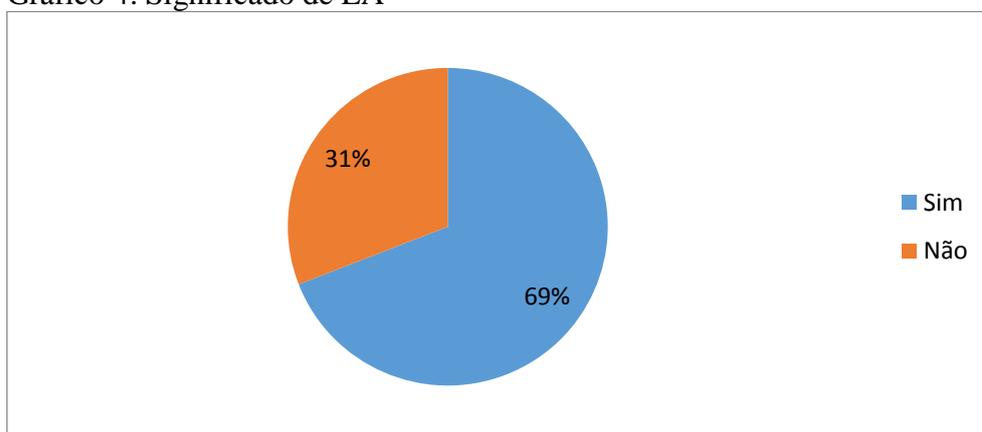


Fonte: Elaborado pelo autor.

Na pergunta sobre a importância de inserir a EA nas escolas, foi demonstrado que quase a totalidade dos alunos, ou seja, 96% acham ser de muita importância a inserção da EA nas escolas, onde nesse contexto, o escocês Patrick Geddes, considerado o criador e fundador da EA, defendeu, em 1889, que uma criança em contato com a realidade do seu ambiente aprenderia melhor e também criaria condutas, práticas criativas em relação ao mundo ao seu redor (DIAS, 2004, p. 29).

Quanto, a saber, o que significa EA, conforme gráfico 4, os alunos em 69% responderam que sabem seu significado, e 31% não sabem o que quer dizer, significado elencado pela Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999, que entende a EA como método por meio do qual todos desenvolvem valores sociais, saberes, aptidões, comportamentos e competências norteadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, vital à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999, p. 1).

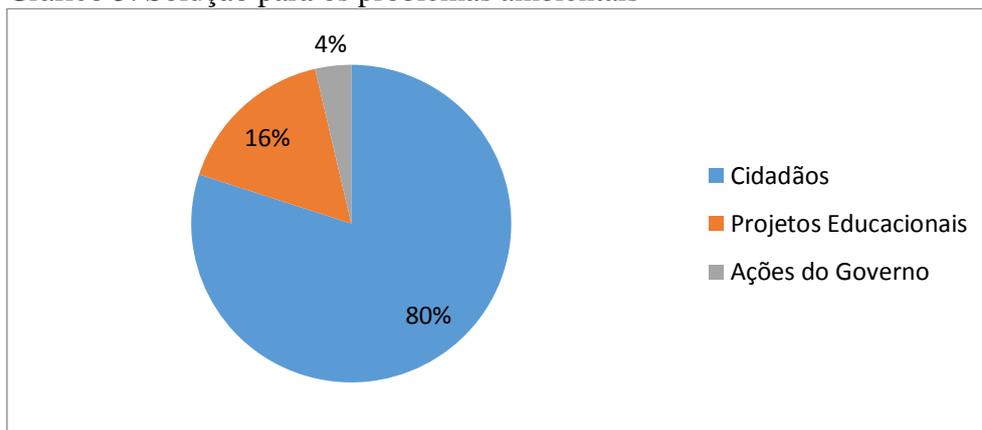
Gráfico 4: Significado de EA



Fonte: Elaborado pelo autor.

Em relação ao gráfico 5, pode-se observar que alunos de ambas as escolas têm a percepção que as soluções dos problemas ambientais partem em 80% das atitudes dos cidadãos, 16% de projetos educacionais e 4% de ações do poder público. Para Silva e Maracajá (2012), a EA chega para fazer com que as pessoas construam uma consciência de participação e responsabilidade para com o meio ambiente, que os futuros cidadãos não incorram nas mesmas falhas que as gerações atuais e as passadas, com a esperança que promovam práticas sustentáveis ambientalmente.

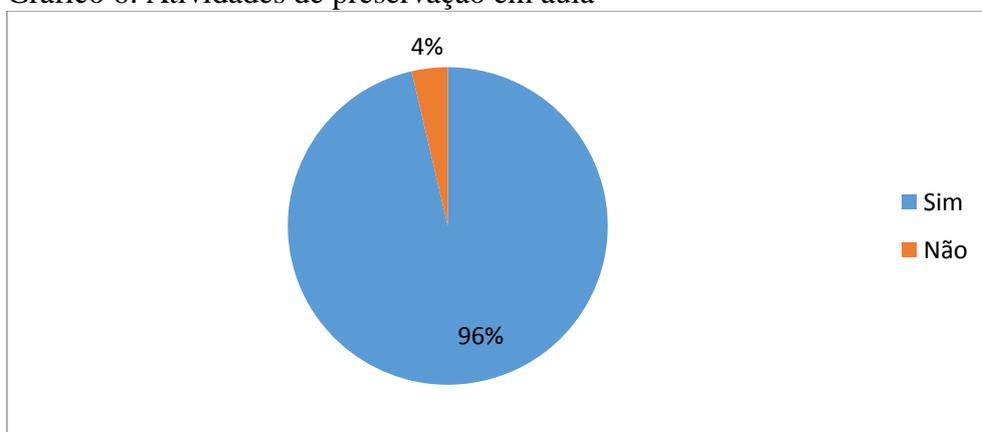
Gráfico 5: Solução para os problemas ambientais



Fonte: Elaborado pelo autor.

Em relação à preservação e cuidados com o meio ambiente, foi demonstrado através do gráfico 6, que 96% dos alunos responderam que são desenvolvidas em sala de aula atividades relacionadas ao tema.

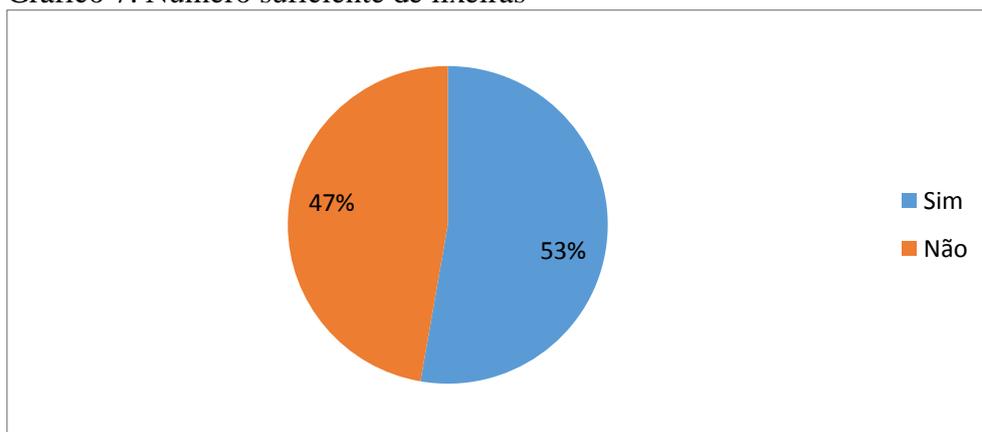
Gráfico 6: Atividades de preservação em aula



Fonte: Elaborado pelo autor.

Quando questionados quanto ao número de lixeiras existentes nas escolas, ficou demonstrado no gráfico 7, que os alunos, em 53% acham ser suficientes o número de lixeiras existentes e 47% acham que são insuficientes.

Gráfico 7: Número suficiente de lixeiras



Fonte: Elaborado pelo autor.

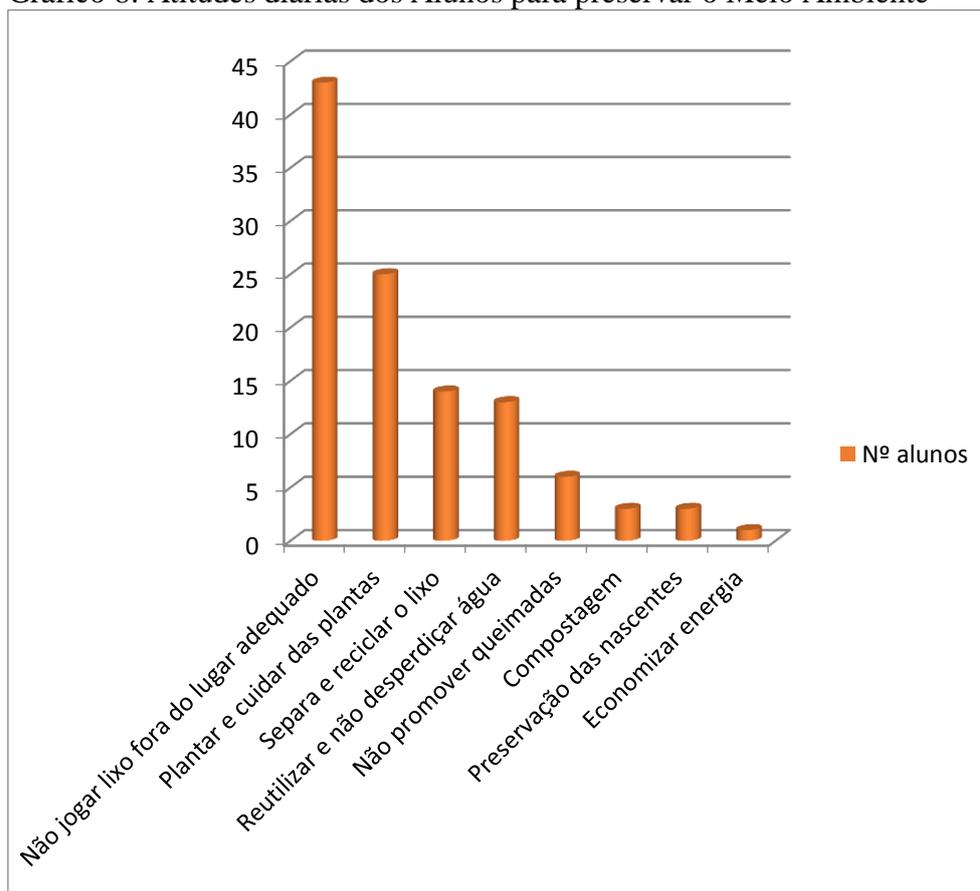
Quando perguntado se na escola são desenvolvidas atividades de EA aos alunos, 93% responderam que percebem que são realizadas ações relacionadas ao tema, paralelas as atividades curriculares normais das escolas envolvendo atividades em hortas, coleta seletiva de lixo e limpeza no entorno das escolas.

Conforme perguntado sobre a existência de lixeiras de coleta seletiva de lixo (azul, amarela, vermelha e verde) nas escolas, os alunos da escola A, situada na área urbana do município, responderam que não existem lixeiras de coleta seletiva, e sim lixeiras comuns; e os alunos da escola B, situada na área rural do município, responderam que existem lixeiras de coleta seletiva na referida escola.

Em outra pergunta buscou-se conhecer quais as atitudes praticadas no dia a dia de cada aluno que ajudam a preservar e recuperar o Meio Ambiente. De acordo com as respostas obtidas, o gráfico 8 mostra distintas práticas que foram distribuídas de forma decrescente, onde foi citada por 43 vezes a ação de “não jogar lixo fora do lugar adequado”, por 25 vezes “plantar e cuidar das plantas”, por 14 vezes “separar e reciclar o lixo”, por 13 vezes “reutilizar e não desperdiçar água”, por 6 vezes “não promover queimadas”, por 3 vezes “compostagem”, por 3 vezes “preservação das nascentes” e por uma vez “economizar energia”.

A resposta dos alunos vem ao encontro ao disposto nos PCNs, o qual propõe que o trabalho com o tema Meio Ambiente contribua para que os alunos sejam capazes de adotar posturas na escola, em casa e em sua comunidade que os levem a interações construtivas, justas e ambientalmente sustentáveis; compreender a necessidade e dominar alguns procedimentos de conservação e manejo dos recursos naturais com os quais interagem, aplicando-os no dia-a-dia (BRASIL, 1997, p. 39).

Gráfico 8: Atitudes diárias dos Alunos para preservar o Meio Ambiente



Fonte: Elaborado pelo autor.

Quando perguntados com relação aos temas ambientais aprendidos, ou que venha a aprender na escola, e se repassariam aos seus familiares para que juntos pudessem contribuir com o planeta, 96% dos alunos expressaram o desejo de repassar aos seus familiares o aprendizado visando contribuir com a preservação do meio ambiente.

Nesse sentido, a Lei nº 9.795, em 27 de abril de 1999 que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), estabeleceu que através da educação ambiental seja percebida a importância da conservação do meio ambiente e que tenha como objetivo a conscientização e sensibilização das pessoas para um meio ambiente capaz de proporcionar uma melhor qualidade de vida (BRASIL, 1999).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo procurou referendar a importância das práticas de Educação Ambiental no recinto escolar, especificamente nos anos finais do Ensino Fundamental junto a duas escolas da Rede Municipal de Ensino. Buscou-se coletar dados que respondessem as questões propostas a fim de atingir os objetivos estabelecidos neste trabalho. Ressalta-se que o tema da pesquisa resultou do interesse de verificar se a Educação Ambiental está sendo implementada na Rede Municipal de Ensino conforme a Lei Federal nº 9.795 de 27 de abril de 1999 e Decreto nº 4.281 de 25 de junho de 2002.

Os resultados obtidos com a intenção de responder os objetivos específicos foram satisfatórios e vem ao encontro da literatura, pois deixaram evidentes que por parte da Secretaria de Educação e das Escolas está sendo cumprido o que consta na Lei Federal nº

9.795 em seu artigo 3º, que todos têm direito a EA, incumbindo às instituições educativas, promover a EA de maneira integrada aos programas educacionais que desenvolvem.

A implementação da EA pela Secretaria de Educação nos educandários se dá através do Plano Pedagógico, Formação Continuada para os docentes os quais são incentivados a promover a EA através de encontros com trocas de experiências, relatos e Intercâmbio Cultural, Feira de Ciências, projetos na área ambiental visando a prevenção, cuidados com o meio ambiente, reciclagem e coleta seletiva de lixo, livros didáticos específicos para a área ambiental nas disciplinas de Geografia, Ciências e Técnicas Agrícolas. Fora do recinto escolar há envolvimento em projetos junto as Universidade da Região da Campanha e Universidade Estadual do Rio Grande do Sul e participações em Feiras de Ciências e Matemática, bem como em ações como hortas comunitárias, participação em feiras de agricultura familiar e limpeza de lixo no entorno das escolas. Nesse sentido, as ações praticadas pela Secretaria de Educação vem ao encontro da afirmação de que a EA surge como elemento crítico para fazer frente às questões do meio ambiente no mundo, objetivando instigar a compreensão desses problemas, cooperar para a transformação dos critérios de uso dos recursos naturais e agir no ambiente escolar e não escolar, gerando novos conhecimentos e desafios (CARVALHO, 2012, p. 161).

Foram identificadas algumas limitações por parte das escolas para que seja trabalhada e implementada de forma satisfatória as ações em EA, tais como recursos escassos e demora por parte do poder público em atender as demandas.

Ambas as Diretoras evidenciaram o comprometimento das escolas através de seus professores e alunos, por terem os projetos em EA como os mais importantes, inclusive, com suas criatividade, transformando lixeiras comuns em lixeiras de coleta seletiva, aliado aos projetos e atividades na área ambiental, ficando evidente a existência de projetos voltados à sustentabilidade partindo do princípio do cuidado e preservação ambiental.

As escolas estudadas possuem estrutura adequada para que a EA seja trabalhada, contam com recursos naturais como açude, pomar, jardim, mata natural e espaço físico amplo para que as práticas direcionadas a preservar, melhorar e recuperar a qualidade do meio ambiente sejam desenvolvidas. Mesmo com algumas limitações, existe a constante preocupação com o tema, procurando envolver toda a comunidade escolar.

Em relação aos estudantes, a maioria se envolve em atividades de EA inclusive fora da escola desenvolvendo e cultivando hortas em casa e na comunidade, proposta comunitária envolvendo moradores. Percebe-se um grande interesse pelo assunto, acreditam ser de suma importância sua inserção na escola e que suas percepções levam a crer que as soluções para os problemas ambientais passam em grande parte pelas atitudes diárias dos cidadãos, pois Kruglianskas, Aligleri, e Aligleri (2009) debatem que as escolas e as instituições de ensino superior têm o compromisso de semear entre os alunos a consciência social e ambiental no intuito de proporcionar uma educação que venha ao encontro das transformações que atualmente se vislumbram na sociedade.

Buscou-se conhecer junto aos alunos, após os conhecimentos adquiridos, quais atitudes rotineiras ajudariam a melhorar a qualidade do meio ambiente, o que foi respondido: “Não jogar lixo fora do lugar adequado, plantar e cuidar das plantas, separar e reciclar o lixo, reutilizar e não desperdiçar água, não promover queimadas, compostagem, preservação das nascentes e economizar energia”.

Nota-se que as atitudes listadas pelos alunos vêm ao encontro ao que versa os PCNs, pois tem como um dos objetivos do Ensino Fundamental que os alunos sejam capazes de perceber-se integrante, dependente e agente transformador do ambiente, identificando seus elementos e as interações entre eles, contribuindo ativamente para a melhoria do meio ambiente (BRASIL, 1997).

Enfatizam os docentes que nas escolas municipais o trabalho em EA já tem longa trajetória e aumenta sua importância dia a dia, isso graças ao comprometimento coletivo dos professores, funcionários, pais e os motoristas do transporte escolar.

De acordo com a análise dos dados coletados, com as entrevistas e os questionários, os objetivos foram alcançados visto que foi comprovado que a Secretaria de Educação, as escolas A e B, professores e alunos estão inseridos e desenvolvem práticas visando a implementação da Educação Ambiental nas Escolas Municipais de Santana do Livramento, que se empenham em desenvolver projetos que preservam, recuperam e melhoram o meio ambiente confrontando com as questões ambientais, e que há uma resposta positiva dos alunos dos anos finais do Ensino Fundamental, pois deixam claro que serão os disseminadores dos conhecimentos absorvidos, repassando-os a outras pessoas visando a contribuir com a preservação do planeta.

Ao encontro dessa integração entre Secretaria de Educação, Professores e alunos, a Lei Federal nº 9.795/99 versa em seu Artigo 2º, o seguinte:

“Educação Ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal”, tendo como princípio “o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade” (BRASIL, 1999, p. 1).

Porém, em relação à EA nas Escolas Municipais de Santana do Livramento, este tema não se esgota com a referida pesquisa envolvendo as escolas A e B, podendo ser ampliada para as demais escolas da rede municipal, contribuindo para a conscientização em busca de soluções adequadas aos problemas ambientais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUM, Mauricio; POVALUK, Maristela. **A Educação Ambiental nas escolas públicas municipais de Rio Negrinho – SC**. Saúde e Meio Ambiente/Revista Interdisciplinar. Vol. 1, n. 1, jun. 2012.

BEAUD, Michel; BEAUD, Calliope; BOUGUERRA, Mohamed Larbi. **Estado do ambiente no mundo**. Lisboa: PIAGET, 1993. (Perspectivas ecológicas).

BÊRNI, Duilio de Avila; FERNANDEZ; Brena Paula Magro. **Métodos e Técnicas de Pesquisa: Modelando as Ciências Empresariais** – São Paulo: Saraiva, 2012.

BOFF, Leonardo. Duas utopias urgentes para o século XXI. In: SUSIN, Luiz Carlos et al. (Org.). **Teologia para Outro Mundo Possível**. São Paulo: Paulinas, 2006.

BRASIL. LEI Nº 6.938, DE 31 DE AGOSTO DE 1981. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6938.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6938.htm)> Acesso em: 28 de março de 2017.

\_\_\_\_\_. Parâmetros Curriculares Nacionais: **Meio Ambiente e Saúde**. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Fundamental. 3. ed. Brasília: A Secretaria, 1997.

\_\_\_\_\_. LEI Nº 9.795, DE 27 DE ABRIL DE 1999. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9795.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9795.htm)> Acesso em: 30 de março de 2017.

\_\_\_\_\_. DECRETO Nº 4.281, DE 25 DE JUNHO DE 2002. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2002/d4281.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4281.htm)> Acesso em: 30 de março de 2017.

\_\_\_\_\_. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. DF: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011.

\_\_\_\_\_. Programa Nacional de Educação Ambiental - PRONEA. Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental, Departamento de Educação Ambiental; Ministério da Educação. - 4. ed - Brasília : Ministério do Meio Ambiente, 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Proposta preliminar. Segunda versão revista. Brasília: MEC, 2016. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/documentos/bncc-2versao.revista.pdf>>. Acesso em: 21 de maio de 2017.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. **Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

CASTRO, Newton de Carvalho. (Coord.) **A questão ambiental: o que todo empresário precisa saber**. Brasília: SEBRAE, 1997.

CNUMAH. **Declaração de Estocolmo sobre o ambiente humano**. Estocolmo, 1972. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/estocolmo1972.pdf>> Acesso em: 02 de abril de 2017.

DE SOUZA, Janaina Nascimento Simões; BENEVIDES, Rita de Cássia Alves. Educação Ambiental Para o Desenvolvimento Sustentável e o Comprometimento das Universidades/Faculdades do Município do Rio de Janeiro, RJ. **II Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia– SEGeT**, 2005.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação ambiental: princípios e práticas**. São Paulo, Gaia, 2004.

GELAIN, Anna Júlia Lorenzton et al. **Desmatamento no Brasil: um problema ambiental**. Revista Capital Científico, Paraná, v. 10, n. 1, p. 2, 2012.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª ed. 5ª reimpr. São Paulo: Atlas S.A., 2012.

KRUGLIANSKAS, Isak; ALIGLERI, Lilian; ALIGLERI, Luiz Antonio. **Gestão socioambiental: responsabilidade e sustentabilidade do negócio**. São Paulo: Atlas, 2009.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragem e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados**. 7ª ed. 6ª reimpr. São Paulo, Atlas, 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 8 ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

PASE, Juliana; NORO, Greice de Bem; MEDEIROS, Flaviane Souto Bolzan; WEISE, Andreas Dittman. **Educação Ambiental na universidade**: percepção dos acadêmicos do Curso de Administração em Santa Maria – RS. Revista Capital Científico - Eletrônica, v. 12, n. 2, p. 65-82, 2014.

PELICIONI, Maria Cecília Focesi. **Educação ambiental, qualidade de vida e sustentabilidade**. Saude soc., São Paulo, v. 7, n. 2, p. 19-31, dez. 1998. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-12901998000200003&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12901998000200003&lng=pt&nrm=iso)> acessos em 11 abr. 2017.

SILVA, Elaine da; BINELLI, Alexandre. Educação ambiental: em defesa do futuro. **Pensamento & Realidade**, v. 4, n. 1, p. 66-77, 1999.

SILVA, Gilmar Barros; MARACAJÁ, Kettrin Farias Bem. A educação ambiental e a educação turística no ensino fundamental na Escola Estadual Quintino Bocaiúva e Escola Municipal Professora Palmira Barbosa em Santa Cruz (RN). **Caderno Virtual de Turismo**, v. 12, n. 3, p. 272-286, 2012.

UNESCO. **Década das Nações Unidas da Educação para um Desenvolvimento Sustentável, 2005-2014**: documento final do esquema internacional de implementação. – Brasília: UNESCO, 2005.